



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 5ª REGIÃO

ASSESSORIA JURÍDICA DA DIRETORIA-GERAL (T5-DG-AJ)

PARECER Nº 199/2026

Processo Administrativo nº 0009063-14.2026.4.05.7000.

Pedido de Autorização de Despesa – PAD nº 275/2026. Contratação, em caráter regional, do evento “Construção Coletiva e Elaboração do Plano de Logística Sustentável para o TRF5”, realizado in company pela empresa Fetavini Produções e Desenvolvimento Ltda, com 08 (oito) vagas destinadas a servidores do TRF5 e 12 (doze) vagas para as Seções Judiciárias vinculadas. Escolhas do prestador e do preço devidamente justificadas. Comprovação de notória especialização nos termos do art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021. Parecer favorável.

1. Relatório.

O presente Processo Administrativo foi encaminhado a esta Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral para análise quanto à legalidade da contratação direta, por inexigibilidade de licitação, da empresa FETAVINI PRODUÇÕES E DESENVOLVIMENTO LTDA. para a realização do evento regional in company intitulado “Construção Coletiva e Elaboração do Plano de Logística Sustentável para o TRF5”, com vagas destinadas a servidores do TRF5 (8 vagas) e Seções Judiciárias vinculadas (12 vagas), no período de 18 de agosto a 22 de setembro de 2026 e carga horária total de 18 h.

Os autos foram regularmente instruídos com os seguintes documentos, anexados eletronicamente:

1. Solicitação Realização do Evento (doc.6043540);
2. Proposta de Capacitação (doc. 6036443);
3. Atestado de Capacidade Técnica (doc. 6036645);
4. Certidões de regularidade fiscal e trabalhista da empresa FETAVINI PRODUÇÕES E DESENVOLVIMENTO LTDA.:
 - 4.1. Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, com validade até o dia 02/01/2027 (doc. 6055317);
 - 4.2. Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, com validade até o dia 24/08/2026 (doc. 6055323);
 - 4.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, com validade até o dia 23/01/2027 (doc. 6055325).

5. Projeto Básico (doc. 6076672);
6. Pedido de Autorização de Despesa - PAD 275/2026 (doc. 6057109);
7. Solicitação de Empenho (doc. 6057112);
8. Informação da Divisão de Programação Orçamentária asseverando que a presente despesa possui adequação à Lei Orçamentária para o presente exercício e compatibilidade com o Plano Plurianual para os exercícios futuros (doc. 6067219);
9. Informação sobre a Planilha de Controle de Fracionamento de Despesa (doc. 6068969);
10. Informação da Divisão de Desenvolvimento Humano sobre a realização do evento (doc. 6076670);
11. Folder curso PLS- comparativo (doc. 6077129);
12. Justificativa de preço (doc. 6077149).

É o que cabia relatar. Passamos a opinar.

2. Análise Jurídica.

Este opinativo não se manifestará sobre os aspectos técnicos e orçamentários do procedimento em epígrafe, restringindo-se tão somente à análise jurídica da contratação postulada.

Com efeito, será examinada a adequação do procedimento administrativo instaurado à legislação pátria e a documentação colacionada aos autos, nos termos do § 4º do art. 53 da Lei n. 14.133/2021.

2.1. Instrução Normativa Seges 5/2017 (alterada pela IN nº 49, de 30 de junho de 2020). Estudo Preliminar e Projeto Básico da contratação.

A Instrução Normativa nº 5/2017 instituiu normas complementares ao Decreto nº 2.271/1997, o qual dispunha sobre a contratação de serviços terceirizados na Administração Pública Federal. Sua aplicação aos processos de licitação e de contratação direta de serviços regidos pela Lei nº 14.133/2021 foi expressamente autorizada, no que couber, pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 98/2022.

O art. 20 da Instrução Normativa nº 5/2017 inclui, entre as etapas do planejamento da contratação, os Estudos Preliminares e o Termo de Referência ou Projeto Básico, estabelecendo, ainda, que, nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação, tais etapas deverão ser observadas no que couber. Por sua vez, o art. 24, § 1º, estabelece os elementos que devem integrar os Estudos Preliminares, conforme a pertinência à natureza da contratação.

Na esteira de tal diretriz normativa e voltando o olhar para o presente caso, verifica-se que a Solicitação juntada aos autos pela unidade técnica requisitante materializa os Estudos Preliminares da contratação, contemplando, no que é cabível à natureza do objeto, os elementos previstos no art. 24 da referida Instrução Normativa.

O Projeto Básico apresentado, por sua vez, preenche os requisitos previstos no art. 30 da Instrução Normativa nº 5/2017, naquilo que é pertinente a uma contratação de serviços técnicos profissionais especializados voltados ao treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

Dessa forma, imperioso reconhecer que as etapas de planejamento pertinentes à presente contratação foram devidamente cumpridas.

2.2. Contratação direta por inexigibilidade de licitação: art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021.

Em regra, as obras, serviços, compras e alienações, da Administração Pública submetem-se à obrigatoriedade de realização do procedimento licitatório, nos termos do art. 37, inc. XXI, da Constituição Federal.

As exceções consistem nas contratações diretas por dispensa de licitação, prevista no art. 75, e por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, ambos da Lei nº 14.133/2021.

No caso, impende registrar o cabimento da contratação direta por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inc. III, alínea “f”, da Lei 14.133/2021, por se tratar de inscrição de Servidores em treinamento. Senão vejamos:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;

b) pareceres, perícias e avaliações em geral;

c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;

d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;

e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;

h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem no disposto neste inciso;

IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

2.3. Inexigibilidade de licitação. Serviços técnicos profissionais especializados. Jurisprudência e Doutrina.

A contratação direta por inexigibilidade de licitação, quando fundada na prestação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, encontra disciplina no art. 74, III, da Lei nº 14.133/2021, dispositivo que contempla, em sua alínea “f”, os serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

Importa advertir que a contratação direta de serviços de capacitação não decorre da simples existência de curso ou treinamento, tampouco da mera preferência administrativa por determinado prestador. Exige-se a demonstração concreta da inviabilidade de competição, da natureza técnica e predominantemente intelectual do serviço e da notória especialização do profissional ou da empresa contratada, cuja atuação deve revelar-se essencial e reconhecidamente adequada à satisfação do interesse público envolvido.

No regime da Lei nº 8.666/1993, o Tribunal de Contas da União consolidou entendimento restritivo acerca da contratação de serviços técnicos especializados, exigindo, simultaneamente, serviço técnico especializado, natureza singular do serviço e notória especialização do contratado. Essa orientação foi sintetizada na Súmula nº 252 do TCU:

Súmula 252: A inviabilidade de competição para contratação de serviços técnicos, a que alude o inciso II do art. 25 da lei 8.666/1993, decorre da presença simultânea de três requisitos: serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 13, natureza singular do serviço e notória especialização do contratado.

Também a Súmula nº 39 do TCU, editada sob a égide da legislação anterior, assentou que:

Súmula nº 39: A inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos com pessoas físicas ou jurídicas de notória especialização somente é cabível quando se tratar de serviço de natureza singular, capaz de exigir, na seleção do executor de confiança, grau de subjetividade insuscetível de ser medido pelos critérios objetivos de qualificação inerentes ao processo de licitação, nos termos do art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

Especificamente quanto à contratação de cursos, professores, conferencistas e instrutores, merece destaque a Decisão nº 439/1998-Plenário, proferida pelo Tribunal de Contas da União no Processo TC 000.830/1998-4, na qual se fixou a seguinte orientação:

O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, decide:

1. considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/93;

O serviço técnico profissional especializado, como o próprio nome sugere, resulta da conjugação de três elementos: a) técnico; b) profissional e c) especializado, a seguir identificados:

- O serviço técnico que difere do serviço de natureza comum – objeto de licitação pública –, exige, em síntese, a especialização, o toque pessoal, a particular experiência que implica no viés subjetivo da contratação, bem como na aplicação de metodologia própria e caráter científico;

- O serviço será profissional quando constituir-se objeto de uma profissão, ressalvando que a profissionalidade exige habilitação específica para a sua prestação, ou seja, o desenvolvimento das competências necessárias para o exercício de uma profissão;

- O serviço especializado, por sua vez, significa uma capacitação diferenciada, extraordinária, não disponível a qualquer profissional de conhecimento médio, mas sim, apenas àqueles capazes de solucionar problemas e dificuldades complexas.

A despeito de tais enunciados terem sido firmados à luz da Lei nº 8.666/1993, sua *ratio* permanece útil como parâmetro interpretativo, especialmente para demonstrar que a contratação de capacitação deve ser analisada a partir das características do curso, da metodologia, da experiência do instrutor, da adequação do

conteúdo às necessidades institucionais e da impossibilidade de julgamento puramente objetivo entre soluções equivalentes.

Nada obstante, impõe-se registrar que a Lei nº 14.133/2021 alterou a estrutura normativa da matéria. O art. 74, III, da nova Lei de Licitações deixou de reproduzir expressamente a expressão “natureza singular”, antes constante do art. 25, II, da Lei nº 8.666/1993. Em seu lugar, passou a exigir que o serviço seja técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, que o contratado detenha notória especialização e que seu trabalho seja essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto contratual.

A propósito, o Manual de Licitações e Contratos do Tribunal de Contas da União, ao examinar o art. 74, III, da Lei nº 14.133/2021, registra que a nova lei estabeleceu três requisitos para essa hipótese de inexigibilidade: a) que o serviço seja técnico especializado de natureza predominantemente intelectual; b) que o contratado seja profissional ou empresa de notória especialização; e c) que se demonstre ser a contratação do notório especialista imprescindível à plena satisfação do objeto contratado[1].

O referido Manual consigna, ainda, que a Lei nº 14.133/2021 “suprimiu a singularidade do objeto” como requisito da inexigibilidade, passando a exigir, em seu lugar, que “o trabalho do profissional renomado é essencial” para alcançar o objetivo do contrato.

Tal orientação não significa, todavia, que qualquer serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual possa ser automaticamente contratado por inexigibilidade. O próprio Manual do TCU adverte que a contratação direta depende das características do serviço demandado, pois, se o objeto for usual, rotineiro ou não exigir a atuação de profissional ou empresa de notória especialização, não se justifica o afastamento do procedimento competitivo, sob pena de violação aos princípios da economicidade, da impessoalidade e da isonomia.

Na mesma linha, embora sem caráter vinculante para este Tribunal, a Advocacia-Geral da União, por meio do Parecer nº 00001/2023/CNLCA/CGU/AGU, adotou entendimento no sentido da “desnecessidade de comprovação da singularidade” como requisito autônomo da contratação direta fundada no art. 74, III, da Lei nº 14.133/2021. Além disso, destacou que a contratação direta exige demonstração da natureza predominantemente intelectual do serviço, da notória especialização do contratado e da inadequação da licitação para obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração[2].

Sem embargo dessa orientação institucional, há respeitável corrente doutrinária em sentido mais conservador, sustentando que a singularidade permanece como requisito implícito ou funcional da inexigibilidade, por decorrer do pressuposto geral previsto no *caput* do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, qual seja, a inviabilidade de competição.

Nesse sentido, Joel de Menezes Niebuhr[3], em artigo intitulado “A polêmica da singularidade como condição para a inexigibilidade de licitação que visa à contratação de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual”, publicado pela Zênite, observa que o art. 74, III, da Lei nº 14.133/2021 não reproduziu, em sua literalidade, a exigência de natureza singular do serviço. Nada obstante, sustenta que a controvérsia não pode ser resolvida apenas pelo argumento literal, uma vez que o *caput* do art. 74 continua condicionando toda inexigibilidade à inviabilidade de competição.

Segundo Niebuhr, “a inexigibilidade pressupõe inviabilidade de competição”, razão pela qual não haveria espaço para contratação direta de serviços ordinários, comuns ou suscetíveis de julgamento objetivo. Para o autor, a existência de critérios objetivos de comparação entre propostas conduz, em regra, à obrigatoriedade de licitação, reservando-se a inexigibilidade às hipóteses em que a Administração necessita de prestação técnica cuja avaliação envolve grau de subjetividade incompatível com a competição ordinária.

Nessa ordem de ideias, o autor conclui que serviços comuns, ordinários ou executáveis por diversos profissionais em condições objetivamente comparáveis não autorizam a inexigibilidade, ainda que se pretenda contratar pessoa física ou jurídica de elevada reputação. A singularidade, nessa leitura, não decorreria de apego à redação da Lei nº 8.666/1993, mas da própria lógica da inviabilidade de competição.

Dessa forma, há duas leituras relevantes sobre a matéria.

A primeira, refletida no Manual de Licitações e Contratos do TCU e no Parecer nº 00001/2023/CNLCA/CGU/AGU, sustenta que a singularidade foi suprimida como requisito textual autônomo pela Lei nº 14.133/2021, devendo a Administração demonstrar a natureza predominantemente intelectual do serviço, a notória especialização do contratado e a essencialidade de sua atuação para a plena satisfação do objeto.

A segunda, defendida por parcela da doutrina, especialmente por Joel de Menezes Niebuhr, entende que a singularidade permanece como requisito implícito ou funcional, por ser inerente à própria inviabilidade de competição.

À guisa de arremate, entende-se que a solução mais segura, sobretudo em sede de controle jurídico preventivo, consiste em não tratar a singularidade como requisito legal expresso e autônomo da Lei nº 14.133/2021, mas também não desprezá-la como elemento de análise. A singularidade deve ser compreendida, no atual regime, como expressão da inviabilidade de competição, isto é, como peculiaridade, diferenciação, complexidade ou especificidade da demanda administrativa, capaz de justificar a escolha de profissional ou empresa de notória especialização.

Assim, para que a inexigibilidade fundada no art. 74, III, “f”, da Lei nº 14.133/2021 seja juridicamente hígida, não basta a menção genérica à existência de curso de capacitação ou à reputação da empresa promotora. É necessário demonstrar, de forma motivada, que o conteúdo programático, a metodologia, a experiência do instrutor, a aderência do tema às necessidades institucionais e a impossibilidade de julgamento puramente objetivo entre soluções equivalentes tornam inadequada a realização de licitação, legitimando, nessa medida, a contratação direta.

No caso concreto, a contratação encontra adequação ao art. 74, III, “f”, da Lei nº 14.133/2021, por envolver evento técnico especializado de capacitação, diretamente relacionado à capacitação dos servidores responsáveis pela elaboração do Plano de Logística Sustentável (PLS) – ciclo 2027/2029 e do respectivo Plano de Ação, tanto do TRF5 quanto das Seções Judiciária JF5, em razão da necessidade de atualização técnica e metodológica para o desenvolvimento desse instrumento de governança, em conformidade com a legislação vigente e as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Tais elementos, em conjunto, evidenciam a inviabilidade de competição e justificam o enquadramento da despesa como inexigibilidade de licitação.

2.4. Realização do curso in company intitulado “Construção Coletiva e Elaboração do Plano de Logística Sustentável para o TRF5”, promovido pela Fetavini Produções e Desenvolvimento Ltda.

No caso trazido à apreciação, a Divisão de Desenvolvimento Humano apresentou a seguinte justificativa para a realização do curso em comento (doc. 6076670):

“A presente contratação tem por objeto a capacitação dos servidores responsáveis pela elaboração do Plano de Logística Sustentável (PLS) – ciclo 2027/2029 e do respectivo Plano de Ação, tanto do TRF5 quanto das Seções Judiciária JF5, em razão da necessidade de atualização técnica e metodológica para o desenvolvimento desse instrumento de governança, em conformidade com a legislação vigente e as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O Plano de Logística Sustentável é um instrumento de gestão que integra a governança institucional, alinhando-se à Estratégia Nacional do Poder Judiciário e ao Planejamento Estratégico do órgão. Sua elaboração contempla a definição de objetivos, responsabilidades, indicadores de desempenho, metas, prazos de execução, mecanismos de monitoramento e avaliação dos resultados, permitindo o planejamento, a implementação e o acompanhamento de práticas voltadas à sustentabilidade, à racionalização do uso de recursos, à melhoria da qualidade dos processos de trabalho e ao aumento da eficiência do

gasto público. Considerando que o ciclo vigente do PLS se encerra em 2026, faz-se necessária a elaboração do novo plano para o período de 2027 a 2029, bem como de seu Plano de Ação, observando-se as atualizações normativas, os referenciais metodológicos e as boas práticas aplicáveis à gestão da sustentabilidade na Administração Pública. A capacitação permitirá que a equipe responsável adquira conhecimentos atualizados sobre a estruturação do PLS, construção de indicadores e metas, elaboração de planos de ação, monitoramento de resultados, gestão de riscos, integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) às ações institucionais e atendimento aos requisitos estabelecidos pelo CNJ, reduzindo riscos de inconsistências técnicas e fortalecendo a qualidade do planejamento institucional. A ausência de capacitação poderá comprometer a elaboração de um plano aderente às exigências normativas e estratégicas, dificultando a definição de metas consistentes, a mensuração de resultados e a efetividade das ações de sustentabilidade, com reflexos na governança institucional e no cumprimento das obrigações perante os órgãos de controle.”

Tratando-se de trabalho relativo a treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, o objeto se insere na definição de serviço técnico profissional especializado, contida no inc. III, do art. 74, da Lei nº 14.133/2021.

Cuida-se, portanto, de qualificação que redundará em benefícios não apenas àqueles servidores, mas principalmente ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região que poderá contar com profissionais atualizados para o desenvolvimento desse instrumento de governança, em conformidade com a legislação vigente e as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), à luz da Lei nº 14.133/2021.

2.5. Da notória especialização, justificativa de preços e disponibilidade financeira e orçamentária.

Quanto à notória especialização, deve restar configurada nos termos do § 3º do art. 74 da Lei nº 14.133/21:

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

No presente caso, a Divisão de Desenvolvimento Humano considerou concorrer em favor da contratação da Fetavini Produções e Desenvolvimento Ltda. o fato de que o corpo docente da referida empresa é composto por dois profissionais com experiência direta na formulação e implementação de instrumentos de sustentabilidade e governança no âmbito do Poder Judiciário, reunindo conhecimento técnico especializado e vivência prática na elaboração de Planos de Logística Sustentável em órgãos públicos (doc. 6076670 e 6077149):

“IV – JUSTIFICATIVA QUANTO A ESCOLHA DA EMPRESA/INSTRUTORES

Francisco Nina (Instrutor Temático): Servidor Público Federal experiente, especialista em Governança de Sustentabilidade no setor

público e idealizador/gerente do Projeto de implantação do Programa Carbono Neutro do TST/CSJT. Gestor de sustentabilidade com aplicação de metodologia à otimização e simplificação operacional da Resolução CNJ nº 400. Atua como Secretário de Governança e de Gestão Estratégica do TST, e como membro do Comitê Gestor Nacional de Sustentabilidade do Poder Judiciário, representando o TST.

Jônatas Bueno (Instrutor de Facilitação Metodológica): Arquiteto e Urbanista pela Universidade de Brasília (UnB), com MBA em Gerenciamento de Projetos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). É Analista Judiciário do Superior Tribunal Militar (STM) desde 2016, atuando diretamente no assessoramento técnico de sustentabilidade em contratações públicas, acessibilidade, gestão socioambiental e apoio ao planejamento institucional. Coautor do PLS-STM (2022–2026) e do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS-STM 2022–2026). Ministra palestras e capacitações de destaque em órgãos de cúpula como o Conselho da Justiça Federal (CJF) e o Tribunal Superior do Trabalho (TST), trazendo amplo domínio prático em análise de dados, inovação pública e inteligência artificial aplicada à melhoria de processos institucionais. ”

Ademais, a documentação constante dos autos demonstra que a contratada já prestou serviços semelhantes com plena satisfação de órgãos da Administração Pública, conforme evidencia o atestado de capacidade técnica emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (doc. 6036645). Esses elementos, associados à justificativa técnica apresentada pela Divisão de Desenvolvimento Humano, são suficientes para comprovar a notória especialização da entidade, legitimando a contratação direta com fundamento no art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021.

No que se refere à justificativa de preço, em resposta à Cota de nº 6072853, a qual pedia explicações sobre a cobrança apresentada ao Tribunal, a Divisão de Desenvolvimento Humano apresentou a seguinte justificativa (doc. 6077149):

A contratação pretendida não se refere à participação de servidores em curso aberto de capacitação, mas à realização de oficinas técnicas customizadas para construção coletiva e elaboração do Plano de Logística Sustentável (PLS) da Justiça Federal da 5ª Região para o triênio 2027-2029, envolvendo o TRF5 e as seis Seções Judiciárias vinculadas. O objeto possui caráter eminentemente institucional e orientado à produção de resultado concreto, qual seja, a estruturação do novo PLS da JF5, considerando as especificidades, desafios e prioridades de cada órgão.

Nesse contexto, a precificação não pode ser analisada exclusivamente sob a perspectiva da carga horária das oficinas. Conforme esclarecido pela contratada, parcela relevante do valor decorre de elementos de custo extraordinários, consistentes em design instrucional personalizado, criação de material didático inédito e consolidação técnica orientadora do PLS, atividades que demandam estudo prévio da realidade institucional da Justiça Federal da 5ª Região, desenvolvimento de metodologia específica, preparação dos encontros e sistematização dos resultados obtidos para subsidiar a elaboração do plano estratégico. Trata-se, portanto, de solução construída sob medida para atendimento das necessidades da instituição, e não de conteúdo padronizado passível de replicação para diferentes órgãos.

Para comprovar tal argumento, a unidade realizou a comparação com capacitações abertas

disponíveis no mercado e juntou aos autos a programação do curso “Plano de Logística Sustentável (PLS): Elaboração, Gestão e Avaliação”, ofertado pela One Curso (doc. 6077129), cujo valor varia entre R\$ 2.200,00 e R\$ 2.290,00 por participante. Conforme esclarecido, embora trate da mesma temática, o curso referido tem natureza padronizada, voltada à capacitação geral de servidores, sem contemplar diagnóstico institucional, construção colaborativa do plano, adaptação à realidade da Justiça Federal da 5ª Região ou produção de entregáveis personalizados para o Tribunal.

Assim, a unidade técnica concluiu que a proposta apresentada pela empresa Fetavini Produções e Desenvolvimento Ltda. se mostra compatível com os valores praticados no mercado para capacitações sobre PLS, principalmente por conta do seu escopo consideravelmente mais amplo, abrangendo customização metodológica, facilitação especializada, construção colaborativa do Plano de Logística Sustentável, consolidação técnica dos resultados necessários à elaboração do PLS da Justiça Federal da 5ª Região e atuação de instrutores com reconhecida experiência na temática e vivência prática no Poder Judiciário.

Restou afastada, portanto, a hipótese de abusividade.

Quanto à disponibilidade orçamentária para o atendimento do objeto da presente contratação direta, esta se encontra atestada pela Divisão de Programação Orçamentária como sendo adequada com a Lei Orçamentária para o presente exercício e compatível com o Plano Plurianual para os exercícios futuros (doc. 6067219).

2.6. Regularidade fiscal e trabalhista.

Para a comprovação da regularidade fiscal, exigida mesmo nos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação, foram colacionados aos autos certidões negativas e de regularidade fiscal, trabalhista e de FGTS, em conformidade com o disposto no art. 68, da Lei nº 14.133/21.

Registre-se que a contratação direta, ou sem licitação, não afasta a exigência do preenchimento dos demais requisitos de habilitação previstos no art. 62, da Lei 14.133/21, o que restou satisfatoriamente atendido nos autos.

2.7. Ato de Inexigibilidade de Licitação. Publicação do extrato no Diário Eletrônico Judicial.

É de se ressaltar que a Lei nº 14.133/21 priorizou a divulgação das contratações por meio do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), além de o parágrafo único do artigo 72 do supracitado diploma normativo exigir que o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Diante desse cenário, recomenda-se que o ato de contratação direta seja publicado no Diário Eletrônico deste Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em conformidade com a Resolução nº 29/ 2011, e em observância aos princípios constitucionais da publicidade e da eficiência.

2.8. Formalização da contratação por meio de nota de empenho em substituição ao termo de contrato. Art. 95, inc. I, da Lei nº 14.133/21.

O inciso I do artigo 95 da Lei nº 14.133/21 permite que, nos casos de contratação de objetos que se enquadram na hipótese de dispensa de licitação em razão do valor, o instrumento de contrato venha a ser substituído por outro documento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

Tal entendimento encontra respaldo no Enunciado nº 26, aprovado no 2º Simpósio de Licitações e Contratos da Justiça Federal, o qual estabelece que “*o instrumento de contrato poderá ser substituído por*

outro instrumento hábil na hipótese de contratação cujo valor não ultrapasse os limites estabelecidos para a dispensa de licitação (art. 75 da Lei n. 14133/2021), inclusive nas inexigibilidades". Trata-se de diretriz interpretativa que reflete a moderna hermenêutica da nova Lei de Licitações, orientada pelos princípios da proporcionalidade e da eficiência na condução dos procedimentos administrativos.

Nessa senda, imperioso reconhecer a desnecessidade da formalização do pacto através de instrumento de contrato, pois a quantia da presente contratação está dentro do limite estabelecido para o que se considera pequeno valor para dispensa de licitação (inciso II do artigo 75 da Lei n.º 14.133/2021), de modo que a Administração pode materializar o negócio jurídico por outros instrumentos hábeis.

3. Conclusão.

Com essas considerações, reestruturadamente aos aspectos jurídico-formais, esta Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral opina favoravelmente à contratação direta, por inexigibilidade de licitação, da empresa FETAVINI PRODUÇÕES E DESENVOLVIMENTO LTDA para realização do evento "Construção Coletiva e Elaboração do Plano de Logística Sustentável para o TRF5", em conformidade com as condições constantes do Projeto Básico, e com fundamento nos termos do art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021.

É o parecer que submetemos à apreciação superior.

Em 10 de agosto de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **CAMILA KAREN DE OLIVEIRA BARBOSA**, Servidora, em 12/08/2026, às 18:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO GONDIM AROUCHA**, DIRETOR(A) DE NÚCLEO, em 12/08/2026, às 18:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **6078151** e o código CRC **F073E34E**.



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 5ª REGIÃO

DECISÃO

Processo Administrativo nº 0009063-14.2026.4.05.7000

Acolho os termos do Parecer da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral nº 199/2026 e autorizo contratação direta, por inexigibilidade de licitação, da empresa FETAVINI PRODUÇÕES E DESENVOLVIMENTO LTDA para realização do evento “Construção Coletiva e Elaboração do Plano de Logística Sustentável para o TRF5”, em conformidade com as condições constantes do Projeto Básico, e com fundamento nos termos do art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021.

Autorizo, por conseguinte, a emissão de nota de empenho em favor da referida empresa.

Encaminhem-se os autos à Diretoria Administrativa, para conhecimento e cumprimento.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO NOBRE TAVARES, DIRETOR(A) GERAL EM EXERCÍCIO**, em 13/08/2026, às 16:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **6078154** e o código CRC **79FFD028**.

0009063-14.2026.4.05.7000

6078154v2